

Garimpo ilegal no Amazonas: MPF pede que Justiça obrigue órgãos a atuar de forma integrada

Category: AMAZÔNIA, GERAL, MEIO AMBIENTE

escrito por Alice Ketllen | 8 de agosto de 2026



O MPF quer a criação de uma coordenação permanente, um calendário integrado de operações, bases fixas de fiscalização e um plano estadual de combate ao garimpo. Também pede reforço de equipes e equipamentos.

Segundo o MPF, investigações realizadas em diferentes regiões do estado mostram que o garimpo continua avançando mesmo após operações de fiscalização. O órgão atribui o problema, entre outros fatores, à falta de coordenação e continuidade entre as instituições

“O que se pede aqui não é mais uma operação. Operação já houve, e muita: centenas de dragas foram destruídas e, meses depois, tudo estava de volta ao mesmo lugar. O que falta é organização permanente. Cada órgão trabalha isolado, sem planejamento comum e sem continuidade, e é justamente essa desorganização que garante ao garimpo ilegal a certeza de que pode voltar. Enquanto isso, o mercúrio segue no peixe que as comunidades comem todos os dias, e as pessoas seguem ameaçadas dentro das próprias aldeias”, ressalta o procurador da República André Porreca, titular do 2º Ofício da Amazônia

Ocidental (19º Ofício da PR/AM) do MPF.

Entre as principais medidas solicitadas estão:

- criação de uma estrutura permanente para coordenar os órgãos;
- calendário anual de operações integradas;
- plano estadual de combate ao garimpo ilegal;
- bases fixas de fiscalização no Vale do Javari e nos rios Madeira, Japurá, Puruê e Abacaxis;
- protocolo para prisões em flagrante;
- participação permanente da Polícia Militar do Amazonas e do Ipaam;
- apoio das Forças Armadas;
- reforço de equipes e equipamentos.

Em caráter de urgência, o MPF pede que a estrutura de coordenação seja criada em até 60 dias e que o calendário de operações seja apresentado em até 90 dias.

O órgão também quer que a Justiça acompanhe o cumprimento das medidas por meio de relatórios e audiências.

Garimpo em diferentes regiões

Na sub-bacia do rio Madeira, um sobrevoo realizado em julho de 2025 registrou mais de 400 dragas entre Calama (RO) e Novo Aripuanã (AM). Em agosto de 2024, 459 embarcações haviam sido destruídas. Meses depois, imagens de satélite identificaram cerca de 130 balsas novamente na região.

No Vale do Javari e no Alto Solimões, relatórios da Funai e do Ibama apontaram a presença de dragas, escavadeiras e pistas de pouso clandestinas em áreas indígenas, inclusive onde vivem povos isolados e grupos de recente contato.

Em Humaitá e na região do rio Abacaxis, as investigações registraram degradação ambiental, assoreamento de rios, grupos armados e episódios de violência relacionados ao garimpo.

Mercúrio e violência

Segundo o MPF, a expansão do garimpo também provoca contaminação por mercúrio e aumento da violência.

Um estudo da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) citado na ação apontou que 21,3% das amostras de peixes analisadas em seis estados da Amazônia tinham níveis de mercúrio acima do limite de segurança.

Entre mulheres e crianças Yanomami das aldeias Maturacá e Ariabu, 56% apresentaram contaminação acima dos parâmetros de referência.

As investigações também registraram ameaças contra agentes públicos, confrontos durante operações e intimidação de lideranças indígenas. O MPF afirma ainda que o garimpo ilegal tem ligação com organizações criminosas, narcotráfico e lavagem de dinheiro.

Falta de estrutura

O MPF também aponta falta de servidores e equipamentos para a fiscalização.

O Ibama informou ter 26 agentes ambientais federais no Amazonas. O ICMBio informou que a Estação Ecológica Juami-Japurá tem três servidores com perfil operacional.

A Polícia Militar disse não ter embarcações próprias para patrulhar os rios. Já o Ipaam declarou não ter realizado ações de fiscalização em 2024 e afirmou não possuir conhecimento técnico para inutilizar balsas usadas no garimpo.

Segundo o MPF, uma operação da Polícia Federal chegou a ser cancelada devido à paralisação do Ibama. Para o órgão, o caso demonstra a falta de integração entre as instituições.

Tentativas antes da ação

Antes de recorrer à Justiça, o MPF realizou audiências públicas em outubro de 2025 e, no mês seguinte, enviou uma recomendação a 15 instituições.

Entre as propostas estavam a criação de uma estrutura permanente de coordenação, um calendário integrado de operações e bases fixas de fiscalização.

Segundo o MPF, mais de sete meses depois, nenhuma das medidas havia sido implementada.

“Roraima mostrou que o problema tem solução. A diferença entre os dois estados não está no tamanho do garimpo, está na existência de coordenação. É exatamente isso que o Amazonas não tem”, enfatiza o procurador da República André Porreca.

Fonte: gl e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
08/08/2026/14:28:17

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)

- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com